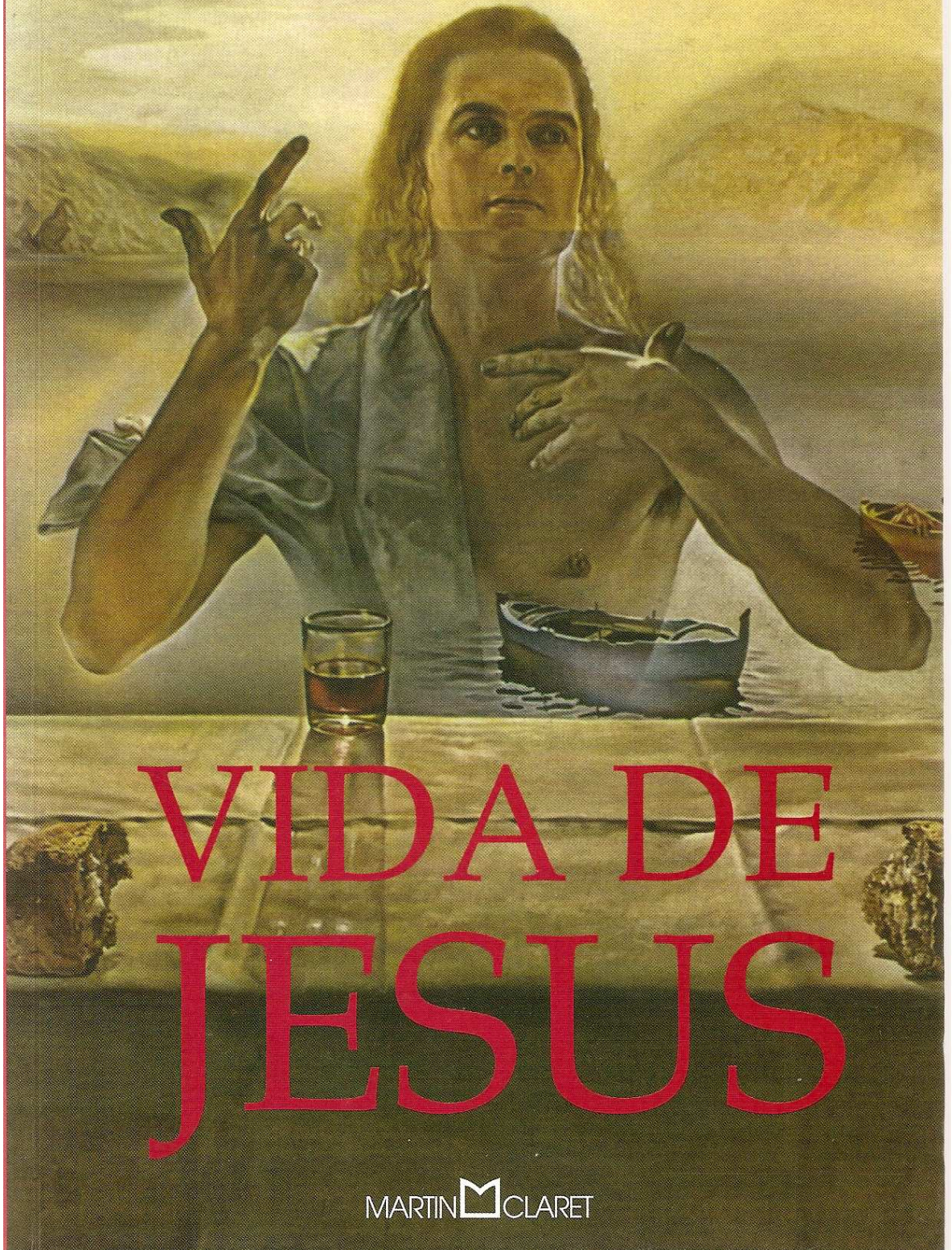


Ernest Renan



VIDA DE
JESUS

MARTIN CLARET

A vida de Jesus

Ernest Renan

Os Evangelhos são lendas; eles podem conter história, mas certamente nem tudo ali é histórico.

NOTA: Por este livro ainda estar protegido por direitos autorais, oferecemos apenas o Prefácio.

Prefácio da 13ª Edição

As doze primeiras edições desta obra diferem umas das outras apenas em pequenas mudanças. A presente edição, ao contrário, foi revista e corrigida com mais cuidado. Desde que o livro foi publicado, há quatro anos, trabalhei sem descanso para melhorá-lo. As numerosas críticas que ele suscitou facilitaram, de certo modo, a tarefa. Li todas as que continham algo de sério. Creio poder afirmar, em sã consciência, que de forma alguma o ultraje e a calúnia infiltrados nelas me impediram de aproveitar as boas observações que essas críticas pudessem conter. Pesei e verifiquei tudo. Se, em certos casos, alguém se espantar por eu não ter acolhido as censuras que foram apresentadas com extrema segurança e como se estivessem tratando de erros incontestes, não é porque eu as tenha ignorado, é porque me foi impossível aceitá-las. Neste caso, o mais das vezes, juntei como notas os textos ou considerações que me impediram de mudar de opinião, ou, por alguma leve mudança de redação, fiz ver onde estava o desprezo dos meus contraditores. Ainda que concisas e restritas à indicação das fontes de primeira mão, minhas notas sempre bastam para mostrar ao leitor instruído os raciocínios que me guiaram em toda a composição do texto.

Para me inocentar detalhadamente de todas as acusações das quais fui objeto, foi preciso triplicar ou quadruplicar meu volume; foi preciso repetir coisas que já haviam sido bem ditas, mesmo em francês; foi preciso fazer polêmica religiosa, o que me proíbo terminantemente; foi preciso falar de mim, o que nunca faço. Eu escrevo para propor minhas idéias aos que buscam a verdade. Quanto às pessoas que necessitam, no interesse de sua crença, que eu seja um ignorante, um espírito falso ou um homem de má-fé, não tenho a pretensão de modificar seus julgamentos. Se essa opinião é necessária ao sossego de algumas pessoas piedosas, terei o maior escrúpulo em desiludi-las.

A controvérsia, aliás, se eu a houvesse lançado, teria levado freqüentemente a pontos estranhos à crítica histórica. As objeções que me colocaram vêm de dois lados opostos. Um me foram enviadas por livres-pensadores que não crêem no sobrenatural¹ nem, em conseqüência, na inspiração dos livros santos, ou por teólogos da escola protestante liberal com uma noção tão ampla do dogma que o racionalismo pode bem se entender com eles. Esses adversários e eu nos encontramos sobre o mesmo terreno, partimos dos mesmos princípios, podemos discutir segundo as regras seguidas em todas as questões de história, de filologia, de arqueologia. Quanto às refutações que

¹ Sempre entendo por esta palavra "o sobrenatural particular", a intervenção da divindade visando um objetivo especial, o milagre, e não "o sobrenatural geral", a alma escondida do universo, o ideal, origem e causa final de todos os movimentos do mundo.

foram feitas ao meu livro (e são mais numerosas) por teólogos ortodoxos, sejam católicos, protestantes, crentes no sobrenatural e no caráter sagrado dos livros do Antigo e do Novo Testamento, todas elas implicam um mal-entendido fundamental. Se o milagre possui algo de real, meu livro não passa de uma trama de erros. Se os Evangelhos são livros inspirados, conseqüentemente verdadeiros ao pé da letra do começo ao fim, cometi grande erro de não me contentar em colocar integralmente os trechos recortados dos quatro textos, como fazem os harmonistas, exceto para construir, deste modo, o conjunto mais redundante e mais contraditório. Se, ao contrário, o milagre é uma coisa inadmissível, tive razão em encarar os livros que contêm relatos milagrosos como histórias misturadas à ficção, como lendas cheias de imprecisões, de erros, de arbitrariedades sistemáticas. Se os Evangelhos são livros como outros, tive razão em tratá-los da mesma maneira que o helenista, o arabista e o indianista tratam os documentos lendários que estudam. A crítica não conhece textos infalíveis; seu primeiro princípio é admitir a possibilidade de um erro no texto que estuda. Longe de ser acusado de ceticismo, devo ser colocado entre os críticos moderados, já que, em vez de rejeitar em bloco os documentos enfraquecidos por tanta mistura, tento tirar deles algo de histórico por meio de delicadas aproximações.

E que não se diga que tal maneira de colocar a questão implica uma petição de princípio, que suponha *a priori* o que deve ser provado pelo detalhe, saber que os milagres contados pelos Evangelhos não foram verídicos, que os Evangelhos não são livros escritos com a participação da Divindade. Estas duas negações não são, ao nosso ver, resultado de exegese; elas são anteriores à exegese. Elas são fruto de uma experiência que não foi desmentida. Os milagres são dessas coisas que nunca acontecem; somente as pessoas crédulas acreditam vê-los; não se pode citar um único que se tenha passado diante de testemunhas capazes de constatá-los; nenhuma intervenção particular da Divindade na confecção de um livro ou em qualquer acontecimento que seja foi provada. Por isso, se se admite o sobrenatural, está-se fora da ciência, admite-se uma explicação que não tem nada de científica, uma explicação que dispensa o astrônomo, o físico, o químico, o geólogo, o fisiologista, e o historiador deve também ser dispensado. Rejeitamos o sobrenatural pela mesma razão que rejeitamos a existência de centauros e hipogrifos: é que nunca os vimos. Não é porque me foi anteriormente demonstrado que os evangelistas não merecem crédito absoluto que eu rejeito os milagres que eles contam. É porque eles contam milagres que eu digo: “Os Evangelhos são lendas; eles podem conter história, mas certamente nem tudo ali é histórico”.

Então é impossível que o ortodoxo e o racionalista que negam o sobrenatural possam se ajudar muito em tais questões. Aos olhos dos teólogos, os Evangelhos e os livros bíblicos em geral são livros como não há outros, livros mais históricos que as melhores histórias, já que eles não contêm nenhum erro. Para o racionalista, ao contrário, os Evangelhos são textos aos quais deve-se aplicar as regras comuns da crítica; nós somos, sob seu ponto de vista, como são os arabistas diante do Corão e dos hadith como são os indianistas diante dos Vedas e dos livros búdicos. Os arabistas vêem o Corão como infalível? Eles são acusados de falsificar a história quando eles contam as origens do islamismo de forma diferente da dos teólogos muçulmanos? Os indianistas tomam o Lalitavistara (vida lendária de Buda) por uma biografia?

Como esclarecer-se reciprocamente partindo de princípios opostos? Todas as regras da crítica supõem que o documento submetido a exame tem

um valor relativo, que este documento pode se enganar, que ele pode ser reformado por um documento melhor. Convencido de que todos os livros que o passado nos deixou são obra de homens, o sábio profano não hesita em contrariar os textos quando eles se contradizem, quando enunciam coisas absurdas ou formalmente refutadas por testemunhas mais autorizadas. O ortodoxo, ao contrário, certo de antemão de que não há um único erro nem contradição nos livros sagrados, presta-se aos meios mais violentos, aos expedientes mais desesperados para sair das dificuldades. A exegese ortodoxa é como um tecido de sutilezas; uma sutileza pode ser verdadeira isoladamente, mas mil sutilezas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Se havia em Tácido ou Políbio erros tão caracterizados como os que Lucas comete a respeito de Quirino e de Teudas dir-se-ia que Tácito e Políbio se enganaram. Juízos que não seriam feitos se se tratasse de literatura grega ou latina; hipóteses nas quais um Boissonade ou mesmo um Rollin não pensariam jamais achamos plausíveis quando se trata de justificar um autor sagrado.

Então é o ortodoxo que cai numa petição de princípio quando reprova o racionalista por mudar a história porque ela não segue ao pé da letra os documentos que o ortodoxo toma como sagrados. Não é porque uma coisa está escrita que ela é verdadeira. Os milagres de Maomé estão escritos tanto quanto os de Jesus, e certamente as biografias árabes de Maomé – a de Ibn-Hischam, por exemplo –, têm um caráter bem mais histórico que os Evangelhos. E por isso admitimos os milagres de Maomé? Seguimos Ibn-Hischam com alguma confiança, quando não temos razões para nos afastarmos dele. Mas, quando ele nos conta coisas absolutamente incríveis, não temos dificuldade em abandoná-lo. Com certeza, se tivéssemos quatro Vidas de Buda, em parte fabulosas, e também inconciliáveis entre elas como os quatro Evangelhos o são entre eles, e se um sábio tentasse desembaraçar os quatro relatos búdicos de suas contradições, não se repreenderia este sábio por fazer os textos mentirem. Seria tido como bom que ele levasse as passagens discordantes a se entenderem, que ele procurasse um acordo, uma espécie de meio-termo, sem conter nada de impossível, onde as testemunhas opostas fossem balanceadas entre elas e violentadas o mínimo possível. Se, depois disso, os budistas proclamassem mentira, falsificação da história, teríamos o direito de lhes responder: “Aqui não se trata de história e, se nos desviamos às vezes de seus textos, a culpa é desses textos, que contêm coisas impossíveis de se acreditar e, aliás, são contraditórios”.

Na base de qualquer discussão sobre tais matérias está a questão do sobrenatural. Se o milagre e a inspiração de certos livros são coisas reais, nosso método é detestável. Se o milagre e a inspiração dos livros são crenças sem realidade nosso método é bom. Ora, a questão do sobrenatural para nós é decidida com inteira certeza, pela única razão de que não há como acreditar em algo ao qual o mundo não oferece nenhum traço experimental. Não acreditamos em milagre como não acreditamos em alma do outro mundo, em diabo, em bruxaria, em astrologia. Precisamos refutar ponto por ponto os longos raciocínios do astrólogo para negar que os astros influem nos acontecimentos humanos? Não. Basta esta experiência negativa, mas também demonstrativa como melhor prova direta, de que nunca constatamos tal influência.

Não aprez a Deus que desconheçamos os serviços que os teólogos prestaram à ciência! A pesquisa e a reconstituição dos textos que servem de documentos para essa história foram obra de teólogos geralmente ortodoxos. O

trabalho de crítica foi obra dos teólogos liberais. Mas há uma coisa que um teólogo nunca saberia ser: um historiador. A história é essencialmente desinteressada. O historiador só tem uma preocupação, a arte e a verdade (duas coisas inseparáveis – a arte guardando o segredo das leis mais íntimas do verdadeiro). O teólogo tem um interesse, seu dogma. Reduza esse dogma tanto quanto queira: ele é ainda para o artista e o crítico de um peso insuportável. O teólogo ortodoxo pode ser comparado a um pássaro na gaiola – qualquer movimento próprio lhe é proibido. O teólogo liberal é um pássaro ao qual lhe cortaram algumas penas da asa. Você o toma por mestre de si mesmo, e o é, de fato, até o momento de levantar vôo. Então você vê que ele não é completamente filho do ar. Declaremos astutamente: os estudos críticos relativos às origens do cristianismo só dirão sua última palavra quando forem cultivados num espírito puramente leigo e profano, segundo o método dos helenistas, dos arabistas, dos sanscritistas, pessoas estranhas a qualquer teologia, que não pensam em edificar nem em escandalizar, em defender os dogmas ou derrubá-los.

Dia e noite, ousou dizê-lo, sobre essas questões que devem ser discutidas sem outros preconceitos que não os que constituem a própria essência da razão. A mais grave de todas, incontestavelmente, é a do valor histórico do quarto Evangelho. Os que não vacilaram sobre tais problemas fazem crer que não compreenderam toda a sua dificuldade. Podem-se dispor as opiniões sobre este Evangelho em quatro classes, como se segue resumidamente:

Primeira opinião: “O quarto Evangelho foi escrito pelo apóstolo João, filho de Zebedeu. Os fatos contidos neste Evangelho são todos verdadeiros; os discursos que o autor coloca na boca de Jesus foram realmente proferidos por Jesus”. É a opinião ortodoxa. Do ponto de vista da crítica racional ela é completamente insustentável.

Segunda opinião: “O quarto Evangelho é considerado como do apóstolo João, se bem que possa ter sido redigido e retocado por seus discípulos. Os fatos contados neste Evangelho são tradições diretas sobre Jesus. Os discursos são geralmente composições livres, exprimindo apenas a forma como o autor concebia o espírito de Jesus”. É a opinião de Ewald e, de certa forma, a de Lücke, de Weisse, de Reuss. É a opinião que eu havia adotado na primeira edição desta obra.

Terceira opinião: “O quarto Evangelho não é obra do apóstolo João. Ele lhe foi atribuído por alguns de seus discípulos por volta do ano 100. Os discursos são quase inteiramente fictícios, mas as partes narrativas encerram preciosas tradições, remontando em parte ao apóstolo João”. É a opinião de Weizsaecker, de Michel Nicolas. É à qual me apego atualmente.

Quarta opinião: “O quarto Evangelho não é de modo algum do apóstolo João. Nem pelos fatos nem pelos discursos que ali são relatados. É uma obra da imaginação, e em parte alegórica, que surgiu por volta do ano 150, na qual o autor se propôs não contar efetivamente a vida de Jesus, mas fazer prevalecer a idéia que se fazia de Jesus”. Tal é a opinião de Baur, Schweigler, Strauss, Zeller, Volkmar, Hilgenfeld, Schenkel, Scholten, Réville.

Não posso me ligar inteiramente a esse partido radical. Ainda creio que o quarto Evangelho tenha uma ligação real com o apóstolo João, e que ele foi escrito perto do fim do século I. Entretanto, devo confessar que, em certas passagens de minha primeira redação, tendi demais para a autenticidade. A

força comprobatória de alguns argumentos sobre os quais eu insistia me parece diminuída. Não creio mais que São Justino tenha colocado o quarto Evangelho no mesmo nível que os sinóticos, entre as “memórias dos apóstolos”. A existência de Presbyteros Joannes como personagem distinto do apóstolo João me parece agora muitíssimo problemática. A opinião segundo a qual o apóstolo João, filho de Zebedeu, tenha escrito a obra – hipótese nunca admitida completamente, mas, pela qual, por momentos, eu mostrava alguma fraqueza –, está descartada como improvável. Enfim, eu reconheço que errei ao rejeitar a hipótese de um falso escrito atribuído a um apóstolo ao fim da idade apostólica. A Segunda Epístola de São Pedro, da qual ninguém pode razoavelmente sustentar a autenticidade, é exemplo de uma obra – bem menos importante, é verdade, que o quarto Evangelho – suposta nessas condições. De resto, esta não é a questão capital. O essencial é saber como usar convenientemente o quarto Evangelho quando se tenta escrever a vida de Jesus. Insisto em pensar que este Evangelho possui um valor de fundo paralelo aos sinóticos, e às vezes mesmo superior.

Todas as frases que implicavam mais ou menos que o quarto Evangelho foi do apóstolo João ou de uma testemunha ocular dos fatos evangélicos foram revisadas. Para traçar o caráter pessoal de João, filho de Zebedeu, pensei no rude Boanerges (“filho do trovão”) de Marcos, no visionário terrível do Apocalipse, e não mais no místico cheio de ternura que escreveu o Evangelho do amor. Eu insisto com menos confiança em certos pequenos detalhes que nos são fornecidos pelo quarto Evangelho. As suposições tão restritas que eu havia feito do discurso deste Evangelho foram ainda mais diminuídas. Eu me deixei enredar demais na seqüência do pretense apóstolo no que tange à promessa do Paráclito. Da mesma forma, não estou mais tão certo de que o quarto Evangelho tenha razão na sua discordância com os sinóticos sobre o dia da morte de Jesus. Quanto ao lugar da Ceia, ao contrário, insisto na minha opinião. O relato sinótico que reporta a instituição eucarística à última noite de Jesus parece-me encerrar uma inverossimilhança equivalente a um quase milagre. Esta é, na minha opinião, uma versão conveniente e que repousava sobre uma certa miragem de lembranças.

O exame crítico dos sinóticos, no fundo, não foi modificado. Completamos e precisamos certos pontos, especialmente no que diz respeito a Lucas. Sobre Lisânias, um estudo da inscrição de Zenódoro em Baalbeck, que fiz para a Missão da Fenícia, levou-me a crer que o evangelista podia não estar tão enganado como hábeis críticas o pensam. Sobre Quirino, ao contrário, o último memorial de Mommsen definiu a questão contra o terceiro Evangelho. Marcos me parece cada vez mais o estilo primitivo da narração sinótica e o texto mais autorizado.

O parágrafo relativo aos apócrifos foi desenvolvido. Os textos importantes publicados por Ceriani foram aproveitados ao máximo. Hesitei muito sobre o livro de Henoc. Rejeitei a opinião de Weisse, de Volkmar, de Groetz, que crêem ser o livro inteiro posterior a Jesus. Quanto à parte mais importante do livro, a que se estende do 37º capítulo ao 71º, não ousei decidir-me entre os argumentos de Hilgenfeld, Colani, que consideram esta parte posterior a Jesus, e a opinião de Hoffmann, Dillmann, Koestlin, Ewald, Lücke, Weizsaecker, que a tomam como anterior. Como seria desejável que encontrássemos o texto grego deste escrito fundamental! Não sei por que eu teimo em acreditar que essa esperança não é vã. Em todo caso, deixei um sinal de dúvida nas induções tiradas dos capítulos citados. Mostrei, ao contrário, as

relações singulares entre os discursos de Jesus contidos nos últimos capítulos dos Evangelhos sinóticos e os apocalipses atribuídos a Henoc, relações que a descoberta do texto grego completo da epístola atribuída a São Barnabé esclareceu, e que Weizsaecker bem destacou. Os resultados corretos obtidos por Volkmar sobre o quarto livro de Esdras, e que concordam, com mínima aproximação, com os de Ewald, também foram levados em conta. Diversas novas citações talmúdicadas foram introduzidas. O espaço dedicado ao essenismo foi um pouco aumentado.

Minha decisão de excluir a bibliografia foi muitas vezes mal interpretada. Creio haver declarado suficientemente o que devo aos mestres da ciência alemã em geral, e a cada um deles em particular, para que tal silêncio não possa ser tachado de ingratidão. A bibliografia só é útil quando é completa. Ora, o gênio alemão produziu tanto no terreno da crítica evangélica que, se eu fosse citar todos os trabalhos relativos às questões tratadas neste livro, eu teria triplicado a extensão das notas e mudado o caráter do meu escrito. Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. Então, me ative à regra de admitir apenas citações de primeira mão. O número delas foi muito multiplicado. Por outro lado, para a comodidade dos leitores franceses que não estão a par desses estudos, mantive a lista sumária dos escritos compostos em língua francesa, na qual se podem encontrar detalhes que tive de omitir. Várias dessas obras afastam-se das minhas idéias, mas todas levam um homem instruído a refletir e o colocam a par de nossas discussões.

A trama do relato foi pouco mudada. Certas expressões fortes demais sobre o espírito comunista, que foi da essência do cristianismo nascente, foram amenizadas. Entre as pessoas das relações de Jesus, admiti algumas cujos nomes não figuram nos Evangelhos, mas que são reconhecidas como testemunhas dignas de confiança. No que diz respeito ao nome de Pedro, houve modificação; também adotei uma outra hipótese sobre Levi, filho de Alfeu, e sobre suas relações com o apóstolo Mateus. Quanto a Lázaro alio-me, agora sem hesitar, ao sistema engenhoso de Strauss, Baur, Zeller, Scholten, segundo o bom pobre da parábola de Lucas e o ressuscitado de João são uma só pessoa. Contudo, poderá ser notado que guardo alguma realidade combinando-o com Simão, o leproso. Adoto também a hipótese de Strauss sobre diversos discursos atribuídos a Jesus nos seus últimos dias, e que parecem citações de escritos difundidos no século I. A discussão dos textos sobre a duração da vida pública de Jesus foi determinada com mais precisão. A topografia de Betfagé e de Dalmanuta foi modificada. A questão do Gólgota foi retomada segundo os trabalhos do sr. de Vogüé. Uma pessoa muito versada em história botânica ensinou-me a distinguir, nos pomares da Galiléia, as árvores que ali se encontravam há 1.800 anos e as que só foram transplantadas depois. Também cedi lugar a algumas observações que me foram comunicadas sobre a bebida dos crucificados. No relato das últimas horas de Jesus, em geral, atenuei as frases elaboradas que pudessem parecer históricas demais. É aí que as explicações favoritas de Strauss melhor se aplicam, que as intenções dogmáticas e simbólicas se mostram a cada passo. Já disse e repito: se, ao escrever a vida de Jesus, nos ativéssemos em adiantar apenas as certezas, deveríamos nos limitar a algumas linhas. Ele existiu. Ele era de Nazaré da Galiléia. Ele pregou com charme e deixou na memória dos discípulos aforismos que lhes ficaram gravados profundamente. Os dois principais dos seus discípulos foram Cefas e João, filho de Zebedeu. Ele excitou a ira dos judeus ortodoxos, que conseguiram condená-lo à morte, por meio de Pôncio Pilatos, então procurador da Judéia. Ele foi crucificado fora dos portões da

cidade. Acreditou-se pouco depois que ele tenha ressuscitado. Eis o que saberíamos com certeza, mesmo que os Evangelhos não existissem ou fossem mentirosos, com textos de autenticidade e datas incontestáveis, tais como as epístolas evidentemente autênticas de São Paulo, a Epístola aos Hebreus, o Apocalipse e outros textos admitidos por todos. Fora isso, é permitida a dúvida. Quem foi sua família? Qual foi, em particular, sua relação com Tiago, “irmão do Senhor”, que, após sua morte, desempenha papel fundamental? Teve ele realmente relações com João Batista, seus discípulos mais célebres vieram da escola do Batista? Quais foram suas idéias messiânicas? Ele é visto como o Messias? Quais foram suas idéias apocalípticas? Acreditou-se que ele apareceria nas nuvens como Filho do Homem? Ele podia imaginar que faria milagres? Ele doou sua vida à humanidade? Quando sua lenda começou em torno dele, teve conhecimento disso? Qual foi seu caráter moral? Quais foram suas idéias sobre a admissão dos gentios no reino de Deus? Foi ele um judeu puro como Tiago, ou ele rompeu com o judaísmo, como o fez mais tarde a maior parte de sua Igreja? Qual foi a ordem do desenvolvimento de seu pensamento? Os que procuram apenas o indubitável em história devem se calar diante de tudo isso. Os Evangelhos, para essas questões, são testemunhas pouco certas, já que normalmente fornecem argumentos a duas teses opostas, e que a figura de Jesus ali é modificada de acordo com as visões dogmáticas dos redatores. Na minha opinião, penso que em tais ocasiões é permitido fazer conjecturas, com a condição de propô-las para o que são. Os textos, não sendo históricos, não dão certeza, mas dão alguma coisa. Não se deve segui-los com confiança cega; não se deve privar-se de seu testemunho com um desdém injusto. É preciso empenho em decifrar o que eles escondem, sem nunca estar absolutamente certo de tê-lo encontrado.

Coisa singular! Sobre todos esses pontos, é a escola de teologia liberal que propõe as soluções mais céticas. A apologia sensata do cristianismo achou melhor deixar em branco as circunstâncias históricas do nascimento do cristianismo. Os milagres, as profecias

messiânicas, outrora bases da apologia cristã, tornaram-se incômodos; buscou-se descartá-los. Ouvindo os partidários dessa teologia entre os quais eu poderia citar tantos eminentes críticos e nobres pensadores, Jesus não pretendeu fazer nenhum milagre; ele não se dizia o Messias; ele não pensou nos discursos apocalípticos que lhe são atribuídos sobre as catástrofes finais. Que Pápias, tão bom tradicionalista, tão zeloso em recolher as palavras de Jesus, seja milenarista (Apoc. XX, 1-3) exaltado; que Marcos, o mais antigo e mais autorizado dos narradores evangélicos, seja quase exclusivamente preocupado com milagres, pouco importa. Reduz-se tanto o papel de Jesus que teríamos dificuldade em dizer quem ele foi. Sua condenação à morte não tem mais razão de ser sob tal hipótese que o destino que fez dele chefe de um movimento messiânico e apocalíptico. Foi por seus preceitos morais, pelo Sermão da Montanha que Jesus foi crucificado? Certamente não. Essas máximas eram há algum tempo moeda corrente das sinagogas. Nunca se matou ninguém por havê-las repetido. Se Jesus foi morto é porque dizia algo a mais. Um homem sábio, que esteve envolvido nesses debates, escreveu-me recentemente: “Como, antigamente, era preciso provar a qualquer preço que Jesus era Deus, trata-se, para a escola protestante de hoje, de provar não somente que ele era apenas homem, mas ainda que ele sempre se viu como tal. Insiste-se em representá-lo como o homem de bom senso, o homem prático por excelência; ele é transformado à imagem e segundo o sentimento da teologia moderna. Eu creio, como o senhor, que não é mais o caso de se fazer justiça à

verdade histórica, mas de negligenciar um aspecto essencial dela”. Essa tendência já foi mais de uma vez produzida no seio do cristianismo. O que queria Marcião? O que queriam os gnósticos do século II? Descartar as circunstâncias materiais de uma biografia cujos detalhes humanos os chocavam. Baur e Strauss obedecem a necessidades filosóficas análogas. O eão divino,² que se desenvolve pela humanidade, não tem nada a ver com incidentes anedóticos, com a vida particular de um indivíduo. Scholten e Schenkel insistem em um Jesus histórico e real, mas seu Jesus histórico não é nem um messias, nem um profeta, nem um judeu. Não se sabe o que ele quis; não se compreende nem sua vida nem sua morte. Seu Jesus é um eão à sua moda, um ser impalpável, intangível. A história pura não conhece tais seres. A história pura deve construir seu edifício com duas espécies de dados e – atrevo-me a dizer – dois fatores: primeiro, o estado geral da alma humana em um século e em um país determinados; em segundo lugar, os incidentes particulares que, combinados com as causas gerais, determinaram o curso dos acontecimentos. Explicar a história pelos incidentes é tão falso como explicar por princípios puramente filosóficos. As duas explicações devem se sustentar e se completar uma à outra. A história de Jesus e dos apóstolos deve ser antes de tudo a história de uma grande miscelânea de idéias e de sentimentos; entretanto, isso não é suficiente. Mil acasos, mil esquisitices, mil mesquinhasias se misturaram às idéias e aos sentimentos. Definir exatamente esses acasos, essas esquisitices, essas mesquinhasias hoje é impossível; o que a lenda nos conta a esse respeito pode ser verdade, mas bem pode não ser. Na minha opinião, o melhor é ficar o mais próximo possível dos relatos originais, descartando todas as impossibilidades, semeando por todo lado os sinais de dúvida e apresentando como conjecturas as diversas formas do que pode ter acontecido. Não estou bem certo de que a conversão de São Paulo se tenha passado como contam os Atos, mas ela se passou de uma forma não muito longe disso, já que São Paulo nos conta ele mesmo que teve uma visão de Jesus ressuscitado, que deu uma direção inteiramente nova a sua vida. Não estou bem certo de que o relato dos Atos sobre a descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes seja muito histórico, mas as idéias que se espalharam sobre o batismo de fogo levam-me a crer que houve no círculo apostólico um ilusionismo em que o raio desempenhou um papel, como no Sinai. As visões de Jesus ressuscitado tiveram como causa circunstâncias fortuitas, interpretadas por imaginações vivas e já preocupadas.

Se os teólogos liberais refutam explicações desse gênero é porque eles não querem sujeitar o cristianismo às leis comuns dos outros movimentos religiosos; também porque, talvez, eles não conheçam suficientemente a teoria da vida espiritual. Não há movimento religioso em que tais decepções não tenham grande papel. Pode-se até dizer que elas são permanentes em certas comunidades, como a dos pietistas protestantes, dos mórmons, dos conventos católicos. Nesses pequenos mundos exaltados, não é raro que as conversões aconteçam depois de algum incidente em que a alma tocada vê o dedo de Deus. Esses incidentes sempre têm algo de pueril e os crentes os escondem; é um segredo entre o céu e eles. Um acaso não é nada para uma alma fria ou distraída; para uma alma obcecada, ele é um sinal divino. Dizer que foi um

² No sistema gnóstico, eão designa o ser diretamente emanado de Deus e cada vez mais imperfeito à medida que se distancia de sua fonte infável.

incidente material que mudou profundamente São Paulo, Santo Inácio de Loyola, ou melhor, que deu uma nova aplicação a suas atividades é, sem dúvida, inexato. É o movimento interior dessas naturezas fortes que preparou o grande acontecimento, mas o grande acontecimento foi determinado por uma causa exterior. Todos esses fenômenos se ligam, enfim, a um estado moral que não é mais o nosso. Os antigos se guiavam, na grande parte dos seus atos, pelos sonhos que tinham tido na noite anterior, por induções tiradas do primeiro objeto fortuito que lhes chamasse a atenção, por sons que pensavam ouvir. Houve vôos de pássaro, correntes de ar, dores de cabeça que decidiram o destino do mundo. Para ser sincero e íntegro, é preciso dizer isso e, quando documentos mediocrementemente corretos nos contam incidentes desse tipo, é preciso atentar para não deixá-los passar sob silêncio. Não existem detalhes corretos em história; contudo, os detalhes sempre têm algum significado. O talento do historiador consiste em fazer um conjunto verdadeiro com traços meio verdadeiros.

Pode-se então destinar um lugar na história para os acidentes particulares sem, com isso, ser um racionalista da velha escola, um discípulo de Paulus (defensor da exegese racionalista). Paulus era um teólogo que, querendo o mínimo de milagres possível e não ousando tratar os relatos bíblicos como lendas, distorcia-os para explicá-los de uma forma natural. Paulus pretendia com isso conservar toda a autoridade da Bíblia e penetrar no verdadeiro pensamento dos autores sagrados³.

Eu sou um crítico profano; creio que nenhum relato sobrenatural seja estritamente verdadeiro; penso que, em cem relatos sobrenaturais, existam oitenta que nasceram da imaginação popular; entretanto admito que, em casos mais raros, a lenda vem de um fato real transformado pela imaginação. Entre a massa de fatos sobrenaturais contados pelos Evangelhos e os Atos, tento mostrar em cinco ou seis como a ilusão pôde nascer. O teólogo, sempre sistemático, quer que uma única explicação se aplique do começo ao fim da Bíblia; o crítico acredita que todas as explicações devam ser tentadas, ou melhor, que se deva mostrar sucessivamente a possibilidade de cada uma delas. O que uma explicação tem de repugnante para o nosso gosto não é absolutamente uma razão para a rejeitarmos. O mundo é ao mesmo tempo uma comédia infernal e divina, onde o bem, o mal, o feio, o bonito desfilam nos lugares marcados, visando o cumprimento de um fim misterioso. A história não será história se não ficarmos, ao lê-la, alternadamente encantados e revoltados, entristecidos e consolados.

A primeira tarefa do historiador é descrever bem o meio em que se passa o fato que ele relata. Ora, a história das origens religiosas nos transporta para um mundo de mulheres, de crianças, de cabeças ardentes ou perdidas.

³ Aí estava o ridículo de Paulus. Se ele tivesse se contentado em dizer que muitos relatos de milagres têm como base fatos naturais mal compreendidos, ele teria tido razão. Mas ele caía na puerilidade sustentando que o narrador sacro só quis contar coisas simples e que beneficiaria o texto bíblico ao desembaraçá-lo de seus milagres. O crítico profano pode e deve fazer essas espécies de hipótese, ditas "racionalistas"; o teólogo não tem esse direito, pois a condição prévia de tais hipóteses é supor que o texto não é revelado.

Situe esses fatos num meio de espíritos positivos, e eles serão absurdos, ininteligíveis, e eis por que os países pesadamente racionais como a Inglaterra não estão em condições de entender nada disso. O que peca nas argumentações outrora tão célebres de Sherlock ou de Gilbert West sobre a ressurreição, de Lyttelton sobre a conversão de São Paulo, não é o raciocínio: ele triunfa de solidez; é a justa apreciação da diversidade dos meios. Todas as tentativas religiosas que conhecemos claramente apresentam uma mistura inaudita de sublime e de bizarro. Leia esses processos verbais do saint-simonismo primitivo, publicados com uma admirável candura pelos adeptos sobreviventes. Ao lado de papéis repulsivos, de declamações insípidas, que charme, que sinceridade, desde que o homem ou a mulher do povo entram em cena, trazendo a ingênua confissão de uma alma que se abre sob o primeiro doce raio que o tocou! Há mais de um exemplo de belas coisas duráveis que foram fundadas sobre criancices singulares. Não se deve procurar nenhuma proporção entre o incêndio e a causa que o acende. A devoção de Salette é um dos grandes acontecimentos religiosos de nosso século. Essas basílicas, tão respeitáveis, de Chartres, de Laon, foram levantadas sobre ilusões do mesmo gênero. O Corpus Christi teve como causa as visões de uma religiosa de Liège que acreditava sempre, em suas orações, ver a lua cheia com uma pequena fenda. Citaríamos movimentos cheios de sinceridade que foram produzidos no meio de impostores. A descoberta da santa lança na Antioquia, onde a trapaça foi tão evidente, decidiu a sorte das Cruzadas. O movimento mórmon, cujas origens são tão vergonhosas, inspirou coragem e devoção. A religião dos drusos⁴ repousa sobre uma trama de absurdos que confunde a imaginação, e tem seus devotos. O islamismo, que é o segundo acontecimento da história do mundo, não existiria se o filho de Amina⁵ não fosse epilético. O doce e imaculado Francisco de Assis não teria tido sucesso sem o frei Elias. A humanidade é tão fraca de espírito que a mais pura coisa precisa da cooperação de algum agente impuro.

Cuidemo-nos ao aplicar nossas distinções conscienciosas, nossos raciocínios de cabeças frias e claras na apreciação desses acontecimentos extraordinários, que são ao mesmo tempo tão fortes acima e abaixo de nós. Cada qual queria fazer de Jesus um sábio, um filósofo, um patriota, um homem de bem, um moralista, um santo. Ele não foi nada disso. Foi um encantador. Não façamos o passado a nossa imagem. Não creiamos que a Ásia é a Europa. Para nós, o louco é um ser fora da regra; torturamo-lo para fazê-lo entrar nela; os horríveis tratamentos das antigas casas de loucos eram conformes à lógica escolástica e cartesiana. No Oriente, o louco é um ser privilegiado; ele entra nos mais altos conselhos, sem que ninguém ouse impedi-lo; ele é ouvido, consultado. É um ser que se crê mais perto de Deus porque, sua razão individual estando extinta, supõe-se que ele participe da razão divina. O espírito que revela por uma fina troça qualquer defeito de raciocínio não existe na Ásia. Uma pessoa graduada do islamismo me contava que há alguns anos, sendo necessária uma reparação urgente no túmulo de Maomé em Medina, chamaram alguns pedreiros, avisando que o que descesse naquele lugar teria a

⁴ População dividida entre o Líbano, a Síria e a Palestina, que pratica uma religião iniciática nascida sob o reino do califa do Egito al-Hakim, no começo do século XI.

⁵ O profeta Maomé.

cabeça cortada ao subir. Alguém se apresentou, desceu, fez o concerto, depois se deixou decapitar. “Era necessário”, disse-me o interlocutor; “esses lugares são imaginados de uma certa maneira; não precisa ninguém dizer que eles são diferentes.”

As consciências confusas não saberiam ter a nitidez do bom senso. Ora, apenas as consciências confusas fundamentam poderosamente. Eu quis fazer um quadro em que as cores fossem fundidas como na natureza, que fosse parecido com a humanidade, quer dizer, grande e pueril ao mesmo tempo, onde víssemos o instinto divino franquear seu caminho com segurança em meio a mil singularidades. Se o quadro ficou sem sombra, foi a prova de que era falso. O estado dos documentos não me permite dizer em que caso a ilusão foi consciente dela mesma. Tudo o que se pode dizer é que ela o foi às vezes. Não se pode levar durante anos a vida de taumaturgo sem ser dez vezes acuado, sem ser forçado pelo público. O homem objeto de uma lenda durante sua vida é conduzido tiranicamente por ela. Começa-se pela ingenuidade, a credulidade, a inocência absoluta: acaba-se com dificuldades de toda espécie e, para sustentar a potência divina em dificuldades, sai-se delas mediante expedientes desesperados. Foi-se intimado: convém deixar arruinar a obra de Deus porque Deus demora a se revelar? Joana d'Arc não fez falar mais de uma vez suas vozes segundo a necessidade do momento? Se o relato da revelação secreta que ela fez ao rei Carlos VII tem alguma realidade, o que é difícil de negar, é preciso que essa inocente moça tenha apresentado como efeito de uma intuição sobrenatural o que ela contou como confidência. Uma exposição de história religiosa que não abra uma luz oblíqua sobre suposições deste tipo é por isso mesmo alegada de não ser completa.

Qualquer circunstância verdadeira ou provável ou possível deveria então ter seu lugar em minha narração, com sua nuance de probabilidade. Numa tal história, seria preciso dizer não somente o que aconteceu, mas ainda o que pode ter acontecido com verossimilhança. A imparcialidade com a qual eu tratava meu sujeito me impedia de recusar uma conjectura, mesmo chocante – pois sem dúvida houve muito de chocante no modo como as coisas se passaram. Apliquei do começo ao fim o mesmo procedimento de maneira inflexível. Disse as boas impressões que os textos me sugeriam; não deveria omitir as más. Quis que meu livro tivesse seu valor, mesmo no dia em que se chegasse a ver um certo grau de fraude como um elemento inseparável da história religiosa. Era preciso fazer meu herói belo e encantador (pois, sem controvérsia, ele o foi); e isso, apesar dos atos que, em nossos dias, seriam qualificados de maneira desfavorável. Elogiaram-me por haver procurado construir um relato vivo, humano, possível. Meu relato teria merecido esses elogios se tivesse apresentado as origens do cristianismo como absolutamente imaculadas? Seria admitir o maior dos milagres. O que resultou foi um quadro de extrema frieza. Não digo que, por falta de manchas, eu tive de inventá-las. Pelo menos eu devia deixar cada texto produzir sua nota suave ou discordante. Se Goethe estivesse vivo, ele me aprovaria por esse escrúpulo. Esse grande homem não me perdoaria um quadro todo celeste: ele teria querido traços repulsivos, pois, certamente, na realidade, passaram-se coisas que nos chocariam se nos fossem dadas a ver⁶.

⁶ Entretanto, como em tais assuntos a edificação corre solta, achei que devia extrair da Vida de Jesus um pequeno volume onde nada pudesse prender as almas pias que não se preocupam com a crítica. Intitulei-o Jesus, para

Além disso, a mesma dificuldade se apresenta para a história dos apóstolos. Esta história é admirável a seu modo. Mas o que há de mais chocante que a glossolalia que é atestada por textos irrecusáveis de São Paulo? Os teólogos liberais admitem que o desaparecimento do corpo de Jesus foi uma das bases da crença na ressurreição. O que significa isso, senão que a consciência cristã naquele momento foi dupla, que uma metade dessa consciência criou a ilusão da outra metade? Se os mesmos discípulos tivessem removido o corpo e se espalhassem pela cidade gritando: “Ele ressuscitou!”, a impostura teria sido caracterizada. Mas, sem dúvida, não foram os mesmos que fizeram essas duas coisas. Para que se acredite em um milagre, é preciso que alguém seja responsável pelo primeiro rumor que se espalha; mas, normalmente, não é o ator principal. O papel deste se limita a não reclamar contra a reputação que lhe atribuem. Mesmo que ele reclame, será inútil; a opinião popular será mais forte que ele. No milagre de Salette, teve-se a idéia clara do artifício, mas a convicção de que aquilo fazia bem à religião o elevou acima de tudo. A fraude dividida entre vários torna-se inconsciente, ou melhor, deixa de ser fraude e torna-se mal-entendido. Nesse caso, ninguém engana deliberadamente todos enganam inocentemente. Antigamente, supunha-se que para cada lenda havia enganados e enganadores; para nós, todos os colaboradores de uma lenda são ao mesmo tempo enganados e enganadores. Um milagre, em outros termos, supõe três condições: 1^a) a credulidade de todos; 2^a) um pouco de condescendência por parte de alguns; 3^a) a aquiescência tácita do autor principal. Como reação contra as explicações brutais do século XVIII, não caímos em hipóteses que implicariam efeitos sem causa. A lenda não nasce sozinha; ajuda-se que ela nasça. Esses pontos de apoio de uma lenda são freqüentemente de uma rara tenuidade. É a imaginação popular que faz a bola de neve; contudo, há um núcleo primitivo. As duas pessoas que compuseram as duas genealogias de Jesus sabiam muito bem que essas listas não tinham grande autenticidade. Os livros apócrifos, esses pretensos apocalipses de Daniel, de Henoc, de Esdras, vêm de pessoas bastante convincentes: ora, os autores destas obras sabiam bem que eles não eram nem Daniel, nem Henoc, nem Esdras. O padre da Ásia que compôs o romance de Thecla declarou que ele o havia feito por amor a Paulo. É preciso dizer o mesmo do autor do quarto Evangelho, personagem seguramente de primeira ordem. Expulse a ilusão da história religiosa por uma porta e ela entra por uma outra. Em suma, citaríamos com dificuldade uma grande coisa no passado que tenha sido feita de um modo inteiramente confesso. Deixaremos de ser franceses porque a França foi fundada por séculos de perfídias? Recusaremos o proveito dos benefícios da Revolução porque ela cometeu inumeráveis crimes? Se a casa dos capetos conseguiu nos criar um bom tribunal constitucional, análogo ao da Inglaterra, protestaríamos contra a cura das escrófulas?⁷

distingui-lo da presente obra, que faz parte da série intitulada História das origens do cristianismo. Nenhuma das modificações introduzidas na edição aqui apresentada ao público atinge este pequeno volume; jamais farei mudanças nele.

⁷ Tumor ganglionar que o rei da França, no dia da sagração, supostamente podia curar pelo toque. (N. da trad.)

Só a ciência é pura, porque ela não tem nada de prático; ela não toca os homens; a propaganda não a vê. Seu dever é provar, e não persuadir ou converter. Aquele que encontrou um teorema publica sua demonstração para os que podem compreendê-la. Ele não sobe numa cátedra, não gesticula, ele não recorre a artifícios oratórios para convencer as pessoas que não vêem verdade nele a adotá-lo. Certamente o entusiasmo tem sua boa-fé, mas é uma boa-fé ingênua, não é a boa-fé profunda, refletida, do sábio. O ignorante só cede a más razões. Se Laplace tivesse de convencer a multidão do seu sistema do mundo, não teria podido se limitar às demonstrações matemáticas. Littré, ao escrever a vida de um homem que ele vê como seu mestre (Comte), pôde levar a sinceridade até não omitir nada do que tornou esse homem pouco amável. Isso não tem exemplo na história religiosa. Apenas a ciência busca a verdade pura. Sozinha, ela dá as boas razões para a verdade e encerra uma crítica severa ao emprego dos meios de convicção. Eis porque até hoje, sem dúvida, ela não teve influência sobre o povo. Talvez, no futuro, quando o povo for instruído, como esperamos, ele só cederá a boas provas, bem deduzidas. Mas ele será pouco justo ao julgar segundo esses princípios os grandes homens do passado. Há temperamentos que não se conformam em ser impotentes, que aceitam a humanidade como ela é, com suas fraquezas. Muitas obras grandiosas não puderam ser feitas sem mentiras e sem violências. Se amanhã o ideal encarnado vier se oferecer aos homens para governá-los, ele se depararia com a bobagem, que quer ser enganada; com a maldade, que quer ser domada. O único irrepreensível é o contemplativo, que só busca a verdade, sem se preocupar em fazê-la triunfar ou aplicá-la.

A moral não é a história. Pintar e relatar não é aprovar. O naturalista que descreve as transformações da crisálida não a censura nem a louva. Ele não a chama de ingrata porque ela abandona o casulo; ele não a acha temerária porque ela cria asas; ele não a acusa de louca porque ela deseja se lançar no espaço. Pode-se ser amigo da Verdade e do belo e, contudo, mostrar-se indulgente para com as ingenuidades do povo. Apenas o ideal é imaculado. Nossa felicidade custou a nossos pais enxurradas de lágrimas e rios de sangue. Para que almas piás experimentem ao pé do altar a íntima consolação que as faz viver, foram necessários séculos de altivo constrangimento, os mistérios de uma política sacerdotal, uma vara de ferro, fogueiras. O respeito que se deve a toda uma grande instituição não requer nenhum sacrifício à sinceridade da história. Antigamente, para ser bom francês, era preciso acreditar na pomba de Clóvis, nas antigüidades nacionais do Tesouro de Saint-Denis, nas virtudes da auriflama, na missão sobrenatural de Joana d'Arc; era preciso acreditar que a França era a primeira das nações, que a realeza francesa tinha uma superioridade sobre todas as outras, que Deus tinha por esta coroa uma predileção muito particular e estava sempre ocupado em protegê-la. Hoje sabemos que Deus protege igualmente todos os reinos, todos os impérios, todas as repúblicas; confessamos que vários reis da França foram homens desprezíveis; reconhecemos que o caráter francês tem seus defeitos; admiramos vivamente uma porção de coisas vindas do estrangeiro. Somos por isso piores franceses? Pode-se dizer, ao contrário, que somos melhores patriotas, já que, em vez esconder nossos defeitos, buscamos corrigi-los, e que, em vez de denegrir o estrangeiro, buscamos imitar o que ele tem de bom. Somos cristãos do mesmo modo. Aquele que fala com irreverência da realeza da Idade Média, de Luís XIV, da Revolução, do Império, comete um ato de

mau gosto. Aquele que não fala delicadamente do cristianismo e da Igreja da qual ele faz parte torna-se culpado de ingratidão. Mas o reconhecimento filial não deve absolutamente chegar a fechar os olhos à verdade. Não se falta com o respeito para com o governo ao se notar que ele não pôde satisfazer as necessidades contraditórias inerentes ao homem, nem para com a religião, ao dizer que ela não escapa das formidáveis objeções que a ciência coloca contra qualquer crença sobrenatural. Respondendo a certas exigências sociais e não a outras, os governos caem pelas mesmas causas por que foram fundados e que constituíram sua força. Respondendo às aspirações do coração à custa dos reclamos da razão, as religiões desmoronam uma a uma porque nenhuma força até hoje conseguiu sufocar a razão.

E infeliz da razão no dia em que ela sufocar a religião! Creia-me, nosso planeta trabalha em alguma obra profunda. Não se pronuncie temerariamente sobre a inutilidade de tal ou qual de suas partes; não diga que é preciso suprimir essa engrenagem que, aparentemente, só contraria o jogo das outras. A natureza, que dotou o animal de um instinto infalível, não colocou na humanidade nada de enganador. De seus órgãos você pode ousadamente deduzir seu destino. *Est Deus in nobis*. Falsas quando tentam provar o infinito, determiná-lo, encarná-lo, as religiões são verdadeiras, se ousar dizer, quando o afirmam. Os mais graves erros que elas misturam a essa afirmação não são em nada comparáveis ao preço da verdade que elas proclamam. O último dos simples, contanto que pratique o culto do coração, é mais esclarecido sobre a realidade das coisas que o materialista que acredita tudo explicar pelo acaso e o finito.